

“Autoridade profissional docente” foi o tema das Jornadas Pedagógicas 2015 do SPM

Carta ética em nossa defesa



Classe com sintomas preocupantes de desgaste

Professores forçados ao atestado médico

Desgastados. Pressionados. Desmotivados. É assim que andam os professores. Não admira que mais profissionais neste setor sejam empurrados para fora da escola. Sabe-o bem o SPM e a questão não é o número de docentes de atestado médico: é antes o número de docentes que deveriam estar de atestado e não estão, arrastando-se nas escolas, sabe-se lá em que condições, muitas vezes à força de ansiolíticos e antidepressivos.

Por isso, decorre uma petição nacional do SPM e da Fenprof em defesa da aposentação aos 36 anos de serviço (pág. 7). Também damos conta das 12 lutas prioritárias neste momento (pág. 6) deste sindicato no âmbito da Federação Nacional dos Professores.

O SPM está no combate por melhores condições de trabalho dos docentes, que têm direito a estar no local de trabalho sem serem desrespeitados e agredidos. Seja qual for a forma que o desrespeito e a agressão assumam: indisciplina, burocracia escravizante, precariedade, horários com demasiados níveis e turmas, utilização abusiva da componente letiva, entre outros.

Pág. 11

Iniciativa. Pela voz do coordenador do SPM, Francisco Oliveira, há uma nova frente de defesa, ou melhor, autodefesa, dos professores: a explicitação de uma carta ética. A proposta surgiu logo na sessão de abertura das Jornadas Pedagógicas do SPM, nos dias 20 e 21 de novembro último, que contou com a participação do secretário regional de Educação, Jorge Carvalho. Um contributo para assegurar o prestígio da profissão e o exercício dos deveres profissionais, em sintonia com os princípios que venham a ser acordados. Uma carta

ética que «compile os princípios gerais que orientem a nossa conduta profissional e a relação com todas as entidades envolvidas na Educação», sublinhou Francisco Oliveira. Esses valores já existem, mas estão implícitos. O sindicalista esclareceu que «não se trata de um código deontológico». A explicitação dos comportamentos éticos dos professores é um contributo para reforçar o valor e prestígio da profissão docente, bem como da identidade da classe perante as atuais dificuldades, exigências, indefinições e inquietações

profissionais. Uma forma de os professores «se defenderem», como reforçou Isabel Baptista. «É hora de avançar», incentivou a preleitora nas Jornadas Pedagógicas. O coordenador do SPM alertou ainda que os professores não precisam de uma Ordem para os «controlar», porque já são «devidamente escrutinados. Não necessitam de mais uma entidade reguladora», isto é, de mais um patrão. A «nossa carreira está devidamente regulada no nosso estatuto e é constantemente avaliada pela tutela.»

Págs. 8 e 9

Educação sofre corte de 13 milhões na Madeira

O Orçamento da RAM dá corte de 13 milhões de euros (quase 4%) no setor da Educação. À data do fecho desta edição do PROF, o SPM regista com preocupação tal “machadada”. Em breve apuraremos

em que rubricas, exatamente, é dado esse corte, mas parece certo que a intenção de reduzir o número de professores, na Região, vai manter-se no próximo ano. O SPM continuará a combater a redução

de professores, que considera necessários às escolas para se atingir o objetivo da «educação de excelência» preconizado pelo presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque.

Vouchers de oferta

Página 13

Natal SPM 12 dezembro

Página 15

Aposta decisiva

«A aposta decisiva que é preciso fazer em Portugal é na Educação, na Ciência e na Cultura.»

José Eduardo Franco,
JM 1.nov.2015, págs. 15-17

É preciso investir e motivar

«Na RAM os alunos têm uma desvantagem estrutural ao viverem numa região ultraperiférica. Um *handicap* a ser superado.»
«Objetivo de ministrar uma Educação de excelência na Madeira, porque, se isso não acontecer, não temos qualquer hipótese de termos uma região desenvolvida e equitativa.»

Miguel Albuquerque,
Presidente do Governo Regional,
15.out.2015

Esperam-se medidas e resultados

«Mais empenho dos alunos e acompanhamento pelas famílias»;
«reduzir a carga burocrático-administrativa»;
«libertar tempo e espaço para que o âmago da intervenção das escolas não se afaste dos processos educativos.»

Jorge Carvalho,
Secretário Regional de Educação,
15.out.2015

País às avessas

«O que eu vejo, muitas vezes, é um país em que os velhos querem descansar e não podem, e os novos querem trabalhar e não os deixam. Isto acaba por ser muito grave, porque ninguém está satisfeito.»

José Eduardo Franco,
JM 1.nov.2015, págs. 15-17

Valorização da escola e do professor contribui para o sucesso

A minha primeira aula decorreu na escola do Jardim do Mar, com uma turma de 28 alunos distribuídos pelos quatro anos de escolaridade

A sensibilidade, o respeito pelas características e diferenças individuais, o conhecimento científico e profissionalismo foram os requisitos que Graciana Mendonça, docente do Educação Especial, considera mais importantes a um professor, na ordem enunciada. São conclusões a que os seus 30 anos de serviço permitem chegar com segurança. Mas, o trabalho do docente precisa de ser valorizado por pais e estudantes, de forma a obter-se mais sucesso escolar.

Em que circunstâncias decidiu ser professora?

Desde muito cedo fui uma grande admiradora da arte de ensinar, mas uma professora do secundário, Lídia Homem da Costa, foi a grande responsável por esta minha opção, apesar da mesma docente considerar que eu deveria ter optado por engenharia química.

Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Eu tinha como primeira opção ser professora de química, tal como a docente que me marcou nesta decisão. Porém, o facto de pertencer a uma família de nove irmãos não me permitiu fazê-lo, decidindo, então, por ingressar no magistério primário.

Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

A minha primeira aula decorreu na escola do Jardim do Mar, com uma turma de 28 alunos distribuídos pelos quatro anos de escolaridade, constituindo desde logo uma grande aventura para um professor em início de carreira.

Logo nessa aula, descobri e senti que o maior desafio, perante aquela realidade, seria coordenar as atividades para que

cada grupo desenvolvesse uma tarefa adaptada ao seu nível. Contudo, esta importante batalha começou a ter os seus melhores resultados, somente, passadas algumas semanas. Ainda hoje, me questiono como fui capaz de gerir tantas situações e a resposta que melhor encontro foi ter um grupo de crianças cujos pais valorizavam o papel da escola e o trabalho do professor.

O seu melhor momento enquanto professora.

São os momentos em que constatei a felicidade das crianças quando conseguiram superar dificuldades.

Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

Sim, pois apesar da situação atual do país e da forma pouco digna com que muitos tratam a profissão ou se dirigem aos docentes não consegue apagar os grandiosos momentos da minha carreira profissional.

Que requisitos considera necessários a um docente?

Em primeiro plano colocaria a sensibilização, o respeito pelas características e diferenças individuais e, como complemento, apontaria para uma boa dose de conhecimento científico e um enorme sentido de profissionalismo.

Conteúdo que mais gosta de lecionar?

Gosto de lecionar todos os conteúdos, mas experimento um especial prazer na exploração de conteúdos matemáticos.

As maiores influências para a sua prática profissional.

Considero que as grandes lições que recebi, e que marcaram a minha prática, foram de docentes com os quais tive o privilégio de me cruzar enquanto estudante e como formanda da formação inicial da especialização.



Graciana Mendonça

FOTO: Gregório Cunha

O seu maior sucesso.

Foi esbater alguns estigmas pré existentes sobre alguns alunos e demonstrar que cabe ao professor a tarefa de fazer cada criança chegar o mais longe possível, independentemente do local de onde vem, da família a que pertence e do reportório de conhecimentos que traz ao chegar à escola.

Identifique, na sua ótica, os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola para os resolver.

Os maiores problemas estão intimamente ligados com questões relacionadas com o facto de estarmos no século XXI e continuar a perpetuar, nas escolas, uma cultura do século XIX. Os maiores problemas poderão resumir-se ao facto das escolas desenvolverem os projetos de hoje, utilizando as ferramentas e os conceitos de ontem.

As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

Passei por várias escolas e experimentei realidades diversificadas ao nível de condições físicas, materiais e até de recursos humanos. Contudo, as condições que nomearia como essenciais às aprendizagens, com qualidade seriam: a atitude, o profissionalismo de cada docente e a sua capacidade de se envolver de forma ativa, consciente e reflexiva.

Deixe, por fim, uma mensagem aos docentes.

Pouco importam os saberes e competências do professor se o mesmo não tiver uma atitude positiva face à possibilidade de progresso dos seus alunos, criando soluções que permitam a cada um deles atingir o limite superior das suas capacidades.

O jornal PROF reflete a força da luta na defesa da classe docente

O Prof está de volta. Depois de um ano de ausência, aqui está ele de novo. Um jornal de que nos orgulhamos e que esperamos orgulhe todos os sócios do SPM, porque se trata de um órgão de comunicação cujos conteúdos são integralmente produzidos pelo SPM a pensar, exclusivamente, nos seus quase 3000 associados.

Este jornal é mais uma prova da vitalidade, da força, do dinamismo e da intensa dedicação à luta na defesa da classe docente.

Na verdade, só para falar no trabalho feito desde o dia 1 de setembro, o SPM tem estado em tantas ações e tem promovido tantos contactos diretos com os professores e educadores nos seus locais de trabalho que não houve qualquer dificuldade em preencher as 16 páginas deste número.

Pelo contrário, o mais difícil foi conseguirmos abranger o essencial do que foi feito desde aquela data, sem deixarmos de fora aquelas que foram as principais preocupações da direção e o seu principal trabalho ao longo dos últimos três meses.

Pelos inúmeros artigos que aqui oferecemos, poderão os sócios do SPM – a mais antiga, a maior e a mais interventiva organização de

professores da RAM na defesa dos direitos dos docentes – conhecer e avaliar o desempenho da atual direção e tirar as suas conclusões quanto à confiança que nela depositou em maio passado.

Ainda será, com certeza, prematuro fazer uma análise consistente, mas, como coordenador, quero deixar a certeza de que a nossa dedicação é total, porque, quando aceitamos dar continuidade à grandiosa história desta instituição, fizemo-lo com a vontade de pormos os interesses dos professores, através do SPM, sempre em primeiro lugar, ainda que com sacrifícios para as nossas vidas pessoais e familiares. Assim será até ao final deste mandato.

No entanto, pouco conseguiremos sem a participação de todos os nossos sócios, pois não se pode comparar a força de 3000 à de algumas dezenas de pessoas. A direção não é o SPM, apenas o dirige e representa. O SPM são todos os seus sócios, sem exceção: os que aparecem nas iniciativas, sejam elas de carácter sindical, sejam de lazer e bem-estar; os que pedem apoio; os que reclamam; os que exigem mais intervenção; e, evidentemente, os que permanecem quase indiferentes. Sem a confiança e a força de todos, de

pouco valem os corpos dirigentes. Conscientes disto, continuaremos a ter como principal prioridade o contacto direto com todos os sócios, para fazermos das angústias e preocupações de cada um as lutas do SPM. Além disso, reforçaremos o papel dos delegados sindicais, elementos essenciais no relacionamento permanente entre a direção e os sócios: porque a seara é grande e dispersa, precisamos de muitos trabalhadores dedicados. Os tempos não são de entusiasmo, mas são desafiantes; por isso, em vez de nos isolarmos e julgarmos que não há nada que possamos fazer, olhemos, de novo, para as muitas conquistas que o SPM alcançou ao longo dos seus 37 anos de existência, graças à ousadia e à intrepidez dos professores que se recusaram a aceitar que a subjugação e a subserviência seriam uma fatalidade, e retemperemos forças. Também hoje há muito por que lutarmos e também hoje é possível alcançarmos vitórias, aparentemente, impossíveis. Concentremo-nos, pois, nas 12 lutas atuais apresentadas neste jornal (pág. 6) e partamos à conquista. Quem luta pode perder; quem não luta já perdeu!



Francisco Oliveira

FOTO: Gregório Cunha

murro na mesa

Sempre do lado dos trabalhadores

O sindicalismo verdadeiro, como praticado pelo SPM e pela Fenprof, está sempre do lado dos trabalhadores, neste caso dos professores, independentemente do governo no País ou na Região. É redundante dizer isto. Só pode ser assim para honrar o nome de «sindicato». Tal como está explícito na resolução do recente Conselho Nacional da Fenprof, apela-se ao forte envolvimento dos professores na ação reivindicativa para combater tudo o que for contra os professores e a escola democrática para todos. Para os sindicatos a sério, não há campos neutros, não há dúvidas

quanto ao lado de quem devem estar: os trabalhadores. A outra federação de professores que, além de ter estado bem calada a assistir aos desmandos contra os docentes do governo de Passos Coelho, Nuno Crato ou, na Região, de Jaime Freitas, ex-dirigente dessa mesma federação, assinou um Contrato Coletivo de Trabalho, para o Ensino Particular e Cooperativo, que consegue ser pior do que o Código de Trabalho. É obra. Agora, perante o cenário de mudança de governação no País, vem à pressa tentar assumir uma série de bandeiras da luta reivindicativa desenvolvida pela Fenprof. É muito descaramento. Ora, o SPM e a Fenprof nunca

trocarão os direitos dos seus associados por promessas vãs ou supostas benesses das tutelas e dos patrões, que só não exploram mais os professores, e os trabalhadores em geral, porque nós não deixamos. E o sindicalismo a sério luta por ideais e por direitos associados ao cumprimento de deveres, independentemente de governos, sejam eles de direita ou de esquerda. Ponto. O resto é enganar os trabalhadores. Quem não está do lado dos trabalhadores nunca deveria usar a palavra «sindicato» para se designar. Use-se designações como associação, sociedade ou clube, mas não «sindicato»./NS



Normalidade de problemas



FOTO: Nélio Sousa

SPM bate-se contra as restrições na substituição de docentes com gravidezes de risco, licenças de parentalidade ou de baixas médicas prolongadas

de alunos do ano passado para este. Já nos anos anteriores, houve redução acentuada do número de docentes.

Mais alunos por turma

O aumento do número médio de alunos por turma, repercussão direta do empobrecimento referido no ponto anterior, o que prova que é real a desproporção entre a redução de professores comparada com a redução de alunos. Um exemplo: no 1.º Ciclo há turmas de 26 alunos, quando o número de referência máxima é de 23.

Professores por substituir

Há restrições incompreensíveis e desadequadas à realidade escolar na substituição de docentes com gravidezes de

o que constitui uma violação dos direitos estatutariamente consagrados.

Plástica fora do currículo

As orientações de reorganização curricular regional do 1.º Ciclo levam à eliminação da Expressão Plástica, contrariando a legislação em vigor. Empobrecimento do currículo e abandono de uma educação para as artes, para a cidadania e para os valores, nomeadamente a solidariedade.

Falta de técnicos e materiais

Falta de pessoal técnico (fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas de fala...) na Educação Especial e de pessoal não docente, que compromete a qualidade de funcionamento de alguns serviços e pode contribuir para o aumento da indisciplina nas escolas.

Note-se ainda a falta de materiais essenciais quer para o bom funcionamento das atividades letivas (computadores, projetores multimédia...) quer para o normal funcionamento das escolas (materiais de limpeza e higiene).

Por fim, o SPM desejou a todos os alunos e suas famílias um ano letivo tranquilo, que contribua para o crescimento e enriquecimento pessoal de todos.

Munidos de um grande pano que denuncia os inúmeros problemas que afetam o setor da Educação e os professores, o Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) fez uma conferência de imprensa, em 22 de setembro, num balanço sobre o arranque do ano letivo 2015-2016.

Normalidade procura-se

Após saudar todos os professores e, de um modo especial, os educadores e professores da educação especial que iniciaram o seu trabalho com as crianças e alunos no dia 3 de setembro, Francisco Oliveira, coordenador do SPM, referiu

que, apesar dos progressos em relação a anos anteriores recentes, há vários problemas nas escolas, que mostram que a normalidade não é, claramente, a desejada.

Isto depois de o sindicato ter sido contactado, recentemente, por centenas de docentes e visitado, no dia anterior, várias escolas da Madeira. Deparou-se com vários problemas, que foram enumerados aos senhores jornalistas.

Atrasos nas colocações

Os resultados dos concursos arrastaram-se até ao início das atividades letivas. Por isso, houve professores que só souberam onde iriam exercer a sua atividade em cima do início das aulas e outros que ainda

desconheciam qual o seu local de trabalho.

O SPM defende que até ao dia 31 de agosto devem estar supridas todas as necessidades anuais das escolas.

Menos recursos humanos

O empobrecimento dos recursos humanos docentes é uma grande preocupação. Tendo saído duzentos (mais de 3%) professores e educadores para o continente e para aposentação, nenhum contratado deveria ter ficado de fora, porque aquelas saídas são equivalentes à da redução

Nenhum professor contratado deveria ter ficado de fora porque saíram professores para o Continente e a aposentação

risco, licenças de parentalidade ou de baixas médicas prolongadas.

Os pedidos de dispensa da componente letiva a que têm direito, nas condições definidas no Estatuto da Carreira Docente, os professores docentes da educação pré-escolar e do 1.º Ciclo têm sido constantemente recusados,

GESTÃO NÃO DEMOCRÁTICA	CORTES SALARIAIS	PERDA DE AUTONOMIA PEDAGÓGICA	REQUALIFICAÇÃO	REDUÇÃO DO CRÉDITO HORÁRIO	APOSENTAÇÃO MAIS TARDE	FRÁGIL AÇÃO SOCIAL ESCOLAR
INSTABILIDADE DO CORPO DOCENTE	CONGELAMENTO DAS CARREIRAS DOCENTES	FUSÃO DE ESCOLAS	PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	AUMENTO DE ALUNOS POR TURMA	CORTES NAS PENSÕES	INDISCIPLINA ESCOLAR
ENCERRAMENTO DE ESCOLAS	EMPOBRECIMENTO CURRICULAR	DESPEDIMENTOS	EXAMES DESDE O 4.º ANO	INJUSTIÇAS NOS CONCURSOS	AUMENTO DO DESEMPREGO	CORTES NOS APOIOS A ALUNOS COM N.E.E.
SUBFINANCIAMENTO	EXPLORAÇÃO NO ENSINO PRIVADO	HORÁRIOS AGRAVADOS	NEGLIGÊNCIA	METAS CURRICULARES	PACC	DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
REDUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	DESVALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS	PROFISSIONAL DUAL	FALTA DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	PROCESSO "CAMBRIDGE"	CONSTRANGIMENTOS À INCLUSÃO	DESVIO DE ALUNOS PARA VOCACIONAIS

Docentes contratados e desempregados foram à Educação e Finanças

Manifesto reivindica mais professores

Os professores da Região entregaram, em 17 de setembro, o manifesto “Contra o desemprego e em defesa da qualidade do ensino e da educação da RAM” nas secretarias regionais das Finanças e da Administração Pública e da Educação. A decisão tivera lugar no plenário do dia 15 de setembro, na sede do SPM. Os docentes concentraram-se na Avenida Arriaga e uma delegação composta por uma docente contratada, a vice-coordenadora e coordenador do SPM, dirigiu-se às

duas secretarias. Houve manifestação de abertura para analisar as questões levantadas e, se possível, atender às solicitações dos docentes.

Na entrega, foram destacadas as principais ideias do manifesto, como a redução de cerca de 7% de professores do ano letivo anterior para este; as repercussões negativas na qualidade da educação daí resultantes; as dificuldades impostas pelas Finanças às substituições de professores ao longo do ano, nas licenças de parentalidade

FOTO: Nélio Sousa



A redução de professores foi cerca de 7% face ao ano letivo anterior, superior à redução de alunos

e nas baixas médicas; e necessidade de reparar a injustiça dos professores

que foram prejudicados no concurso do ano passado por falhas da tutela.

MADEIRA PERDEU 498 DOCENTES DESDE 2011

A Síntese Estatística do Emprego Público, na RAM, referente ao 3.º trimestre de 2015, mostra que foi na Secretaria Regional de Educação da RAM que mais empregos se perderam, num total de 968 (-8,6%), para os 10.334, dos quais 457 docentes e não docentes, a profissão mais atingida pelos cortes (Diário de Notícias da Madeira de 17.11.2015).

Contra o desemprego e em defesa da qualidade da educação e do ensino da RAM

Cientes das dificuldades financeiras e dos constrangimentos orçamentais impostos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a direção do Sindicato de Professores da Madeira (SPM) e os professores e educadores, reunidos em plenário no passado dia 15, alertam para as repercussões negativas que advirão da dispensa de mais docentes além dos que já saíram das escolas da RAM no final do ano letivo anterior. Na verdade, a saída de cerca de duzentos docentes para o continente e a passagem de algumas dezenas à aposentação, provocaram uma redução de professores e educadores na Região superior a três por cento, ou seja, acima dos dois e meio por cento de redução exigidos à função pública. Se a esta redução juntarmos as que aconteceram nos últimos anos, o número de docentes nas escolas da RAM apresenta uma evolução negativa superior à da diminuição de alunos. Assim, não podemos aceitar que se justifique a constante redução de recursos humanos docentes com a crise demográfica, sendo, pois, lógico concluir-se que as razões que têm motivado estas alterações são de ordem financeira e não de ordem demográfica. Pior, tal situação, a repetir-se, contribuirá de forma acentuada para a degradação da qualidade da educação e do ensino que tem sido desenvolvida nos nossos estabelecimentos de educação.

Cumprimo-nos, por isso, dizer claramente que fazem falta às nossas escolas todos os professores e educadores contratados que desempenharam funções docentes no ano anterior, e não apenas os que foram anunciados na comunicação social. Podemos, mesmo, afirmar que as mais de duzentas saídas naturais, acima referidas, justificam a contratação de alguns docentes que estiveram desempregados no último ano.

Por outro lado, queremos alertar a Secretaria das Finanças e da Administração Pública, a Secretaria de Educação, as famílias com alunos em idade escolar e a opinião pública em geral para algumas das repercussões negativas que a dispensa destes docentes provocará, certamente:

- aumento acentuado do número de alunos por turma com a consequente degradação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e aumento da indisciplina;

- impossibilidade de concretização de diversos projetos específicos das escolas, nomeadamente de combate ao insucesso e abandono escolar;
- redução do apoio pedagógico especializado a crianças com necessidades educativas e especiais;
- diminuição de docentes para apoio pedagógico acrescido a alunos com dificuldades de aprendizagem e em risco de insucesso e/ou abandono escolar;
- incumprimento da redução do número de alunos por turma quando integrados casos de alunos com necessidades educativas especiais;
- previsível agravamento dos resultados escolares.

Em síntese, não temos dúvidas de que menos professores nas escolas significará uma degradação clara da escola pública e do seu papel social. A direção do SPM e os professores e educadores manifestam, ainda, a sua discordância em relação aos critérios aplicados no ano letivo transato para a substituição de docentes dispensados de serviço por razões de baixa médica ou por licença de parentalidade. Efetivamente, tais critérios – uma vez mais, estritamente financeiros – por não se adequarem à realidade das escolas, impossibilitam, praticamente, a substituição daqueles professores em tempo útil. Esta medida repercute-se, de forma negativa, nos alunos que ficam sem aulas, sem apoios, sem projetos, sem acompanhamentos, sem clubes e, nos professores e educadores, que, ao serem sobrecarregados, são conduzidos para um ambiente propício ao desenvolvimento de patologias, como o Síndrome de Burnout. Por fim, o SPM continua a exigir a reparação da injustiça cometida nos concursos do ano letivo 2014-2015 com cerca de quarenta docentes que, por falhas da tutela, não foram colocados a tempo, vendo, por isso, quebradas as condições de sucessividade de contratos e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de vincularem de acordo com as regras estipuladas na legislação regional para a seleção e recrutamento do pessoal docente.

Forte envolvimento dos professores na ação reivindicativa

Doze lutas prioritárias do SPM e Fenprof

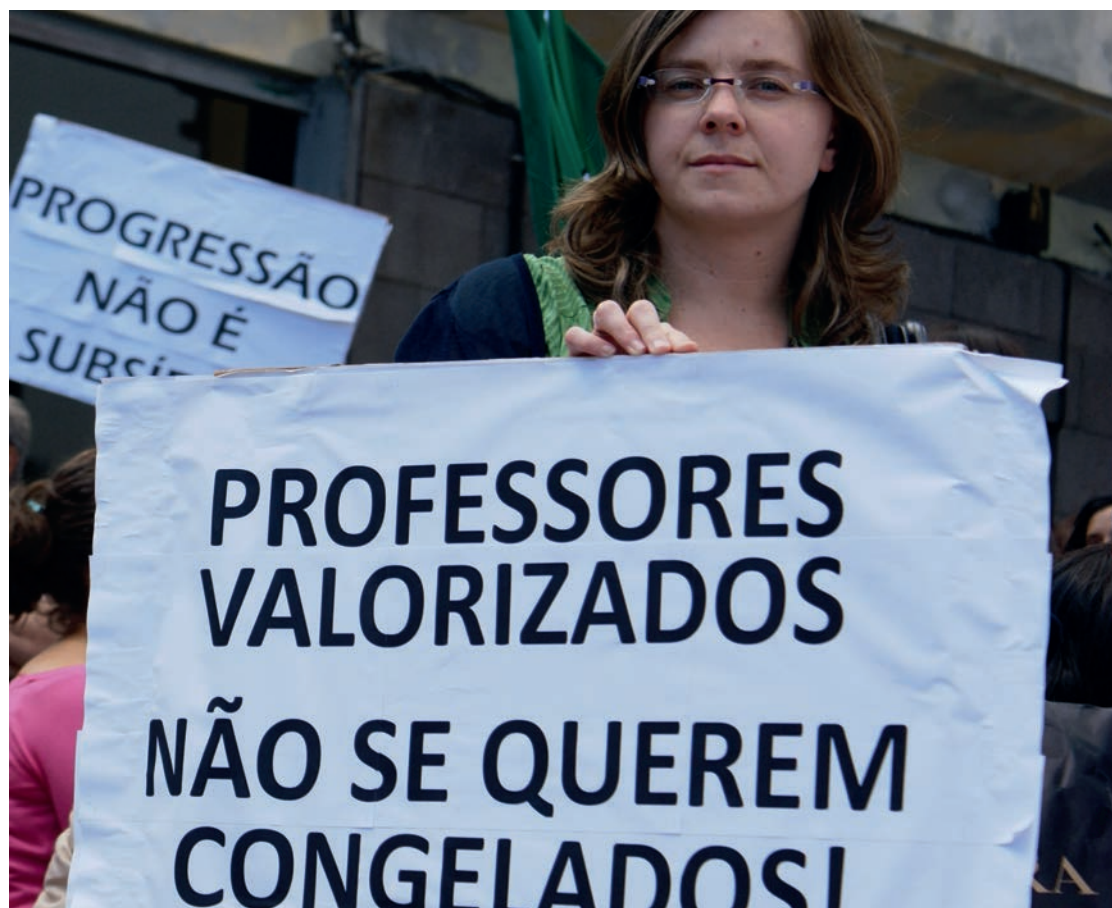
A luta reivindicativa é a razão de ser do Sindicato dos Professores da Madeira.

É esse combate, na defesa dos direitos e condições de trabalho dos professores, que distingue quem está, de facto, ao lado dos docentes. Daí este conjunto de lutas prioritárias estabelecidas pelo SPM e a Fenprof no presente momento.

1. Iniciar negociações com vista à aprovação de um novo quadro legal que garanta condições, incluindo horários de trabalho e **um regime excepcional de aposentação**, que tenham em conta o elevado desgaste causado pelo exercício profissional;

2. Desbloqueamento das **progressões** nas carreiras, contagem integral, para todos os efeitos, do tempo de serviço prestado pelos educadores e professores e reposição do valor integral dos salários;

3. Correta aplicação, em todos os setores de educação e ensino, da diretiva comunitária



A função essencial de um sindicato é a defesa firme, enérgica e solidária dos trabalhadores que representa

que visa evitar abusos e discriminações no recurso à **contratação** a termo, através da consequente vinculação de quem tem três anos de serviço e correção das injustiças decorrentes da forma como o MEC pretendeu aplicar a designada “norma travão” aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

4. Revisão do atual regime de **concursos** para colocação de professores, sendo aprovado um concurso único, de carácter regional, com os candidatos ordenados de acordo com a sua graduação profissional;

5. Publicar a portaria em falta para integração de professores no **escalão salarial** correto de carreira,

na qual ingressaram por concursos externos;

6. Aplicar à Educação Pré-Escolar o **calendário escolar** que está estabelecido para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;

7. Considerar como **atividade letiva** para todos os docentes toda a atividade

desenvolvida com alunos, designadamente apoios, coadjuvação, entre outras;

8. Reconstituir as **turmas** que desrespeitam as normas legais vigentes, nomeadamente as que integram alunos que apresentem necessidades educativas especiais, sempre que as mesmas tenham mais de 20 alunos ou mais de 2 com NEE. Alargar ao ensino secundário;

9. Assegurar melhores **condições de trabalho** nas escolas, nomeadamente no combate à indisciplina na sala de aula, à burocracia, a horários com demasiados níveis/disciplinas, turmas e programas por docente, ao elevado número de alunos por turma, à utilização abusiva da componente não letiva, entre outros;

10. Publicitar na página da DRAE as listas de ordenação e de colocação de todas as **ofertas de emprego** publicitadas ao longo do ano;

11. Suspender a **PACC** e revogar os seus efeitos nos concursos, o que implica a reintegração nas listas de quantos foram retirados das mesmas por esta razão;

12. Revogar o processo “**Cambridge**”.

NÃO ASSINAR O CCT QUE PENALIZA OS DOCENTES

Alertámos os docentes do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) que não são obrigados a assinar o CCT (Contrato Coletivo de Trabalho) celebrado entre a FNE e a AEEP, em alguns aspetos mais gravoso do que o próprio Código do Trabalho. Se o fizerem, sujeitam-se às péssimas normas que aquela organização dita sindical aceitou.

Deve primeiro contactar o Sindicato dos Professores da Madeira antes de subscrever qualquer contrato, para um completo esclarecimento.

Face à caducidade do CCT decretada pelo governo, com efeitos a 13 de maio de 2015, a Fenprof avançou, de imediato, com as adequadas ações judiciais, no Tribunal de Trabalho, incluindo uma providência cautelar no sentido de suspender essa decisão. Isto tendo por base o entendimento de que o CCT que a Fenprof celebrou com a AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo) só poderá caducar em agosto de 2017.

A posição intransigente da AEEP (ou a Fenprof aceitava o novo contrato coletivo proposto ou avançava-se para a caducidade), não evoluiu nem durante a fase de conciliação, mediado pelo Ministério do Trabalho. A FENPROF aceitou a proposta do Governo e a AEEP recusou-a, atitude interpretada como má-fé negocial e com o objetivo de obter a caducidade do CCT. Recorde-se que, no passado dia 15 de outubro, o SPM realizou um plenário sobre

o CCT, a tentativa de o levar à caducidade e as suas implicações. Contou com a

presença de Graça Sousa e Deolinda Fernandes, dirigentes do SPGL/Fenprof.



Plenário de esclarecimento na sede do SPM com professores do EPC

Luta justa e atual em defesa dos docentes e da qualidade da prática de ensino



Petição nacional defende aposentação aos 36 anos de serviço

APOSENTAÇÃO VOLUNTÁRIA
36 Anos
de serviço Independentemente da idade

A Fenprof e o SPM promovem uma petição nacional em defesa de um regime de aposentação justo para os docentes e que é, também, garantia da indispensável renovação geracional. Pode ser subscrita online (<http://form.fenprof.org/?sid=77178>) ou descarregada em papel para subscrição. Consultar www.spm-ram.org ou www.fenprof.pt.

Estudos provam-no

Como confirmam vários especialistas e estudos, nacionais e internacionais, realizados nesta área, o exercício continuado da docência provoca um elevado desgaste físico e psicológico nos educadores e professores, que se reflete na qualidade das práticas pedagógicas e, por consequência, na própria qualidade do ensino. Sabemo-lo pela experiência pessoal de cada um. A noção de «erosão docente» (M. A. Guerra) caracteriza o *burnout*, uma vez que é cumulativo, havendo ao longo do tempo uma «erosão gradual» das estratégias de coping. O coping é definido como os «esforços que o indivíduo faz para lidar com situações de ameaça e desafio, para as quais não tem preparadas respostas automáticas ou de rotina» (A. V. Serra).

A síndrome de *burnout* caracteriza-se por «sentimentos de exaustão física e emocional, despersonalização e baixa realização pessoal, e o ensino tem sido considerado um dos contextos de trabalho onde os profissionais parecem estar mais expostos a *burnout*» refere um estudo científico na Acta Médica Portuguesa (Maio-Junho 2012 - www.actamedicaportuguesa.com). A profissão «docente é uma das mais expostas a ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho, pois sofre diferentes domínios de pressão». Um estudo da Comissão Europeia coloca Portugal na cauda da Europa em matéria de proteção social, neste caso no que toca à aposentação dos professores, que reforça a pretensão e a luta do SPM e da Fenprof em renegociar e ver esta matéria alterada, tendo em conta a especificidade da profissão,

reconhecida noutros países mas não em Portugal.

Desgaste agravado

O desgaste é potencializado porque, no presente, ao mesmo tempo que se agravam as condições de trabalho dos docentes e desvaloriza a classe, mais exigências lhe fazem. A síndrome de *burnout* manifesta-se ainda na «profissão de docente devido ao aumento da pressão, pela sociedade, para expandir a função de docente para além do ensino» (*idem*). Isto é, o transbordamento e dispersão das funções do docente e da escola. O agravamento dos horários de trabalho e a alteração introduzida nos últimos anos ao regime de aposentação, consubstanciada na uniformização de regimes e no agravamento nas condições de tempo de serviço e idade, originam uma profunda injustiça, já que obrigam os docentes a trabalhar para além dos 66 anos de idade (o que, para muitos, significa exercer a atividade docente durante mais de 45 anos), retiram a professores e alunos o direito a condições condignas de ensino e de aprendizagem e dificultam a indispensável renovação geracional do corpo docente.

Propostas da nossa luta

Perante isto, propõe-se que, de imediato e a título de regime transitório, sem qualquer penalização, a aposentação voluntária de todos os docentes que já atingiram os 40 de serviço e de descontos; início de negociações que visem criar um regime de aposentação dos professores e educadores aos 36 anos de serviço e de descontos, sem qualquer outro requisito; enquanto vigorar o regime transitório, a possibilidade de aposentação antecipada dos docentes sem qualquer outra penalização que não seja a que decorra do tempo de serviço efetivamente prestado, com os indispensáveis descontos realizados; a alteração do artigo 37.º-A do Estatuto da Aposentação, Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, de forma a ser possível a aposentação antecipada dos docentes a partir do momento em que completem 30 anos de serviço independentemente da idade.



FOTO: Gregório Cunha

Perante uma sala cheia, Francisco Oliveira, coordenador do SPM, afirmou que a explicitação de uma carta ética é uma forma dos professores defenderem a sua profissão e o seu papel na sociedade

Compromisso do SPM nas suas Jornadas Pedagógicas de 20 e 21 de novembro

Ética é escudo de proteção

O SPM abriu uma nova frente de combate na defesa dos professores: «estabelecer uma carta ética». Falava o coordenador da maior estrutura sindical de professores da Região, Francisco Oliveira, na sessão de abertura das Jornadas Pedagógicas do SPM, que tiveram lugar no auditório da sede nos dias 20 e 21 de novembro último. Ficou a promessa de reunir os elementos necessários para o efeito, incluindo o património das atividades formativas que o SPM tem promovido com diversos formadores e investigadores. E assim dar forma a uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores, que no próximo ano completará 50 anos: “Códigos de ética devem ser estabelecidos pelas organizações dos professores, dado que estes códigos contribuem, em grande medida, para assegurar o prestígio da profissão e o exercício dos deveres

profissionais em sintonia com os princípios acordados”. Uma carta ética que «compile os princípios gerais que orientem a nossa conduta profissional e a relação com todas as entidades envolvidas na Educação», sublinhou Francisco Oliveira. Esclareceu que «não se trata de um código deontológico», mas vê a explicitação dos comportamentos éticos dos professores como forma de os «fortalecer», isto é, de reforçar o valor e prestígio da profissão docente, no quadro dos seus valores e deveres. Uma forma de vincar a identidade da classe docente perante as atuais dificuldades, exigências, indefinições e inquietações profissionais. Disse ainda que os professores não precisam de uma Ordem para os «controlar», porque já são «devidamente escrutinados». «Não precisam de mais uma entidade reguladora», isto é, de mais um patrão. A «nossa carreira está devidamente regulada no nosso estatuto e é constantemente avaliada pela tutela.»/NS

VOLTE-SE A DAR AOS PROFESSORES A IMPORTÂNCIA QUE TÊM POR NATUREZA

Exigência firme do SPM, na sessão de abertura das Jornadas Pedagógicas

Respeito pelos professores nas escolas

«Não, não é fácil trabalhar nas escolas. Não é fácil sermos educadores e professores. Mas escolhemos sê-lo e gostamos de o ser. Queremos continuar a ajudar as crianças e adolescentes a crescerem, a abrir-lhes os caminhos do futuro. No entanto, queremos que isso aconteça em ambientes saudáveis para nós e para eles. Vivemos no século XXI e compreendemos que a Educação evoluiu, que ser professor hoje tem de ser diferente do que era há 10 ou 20 anos. Deixámos de orientar a nossa ação pela máxima do “magister dixit” e aceitámos descer do estrado, em que se colocavam os nossos antecessores, para nos colocarmos ao lado do



FOTO: Gregório Cunha

«Cabe ao poder político tomar medidas sérias para repor a normalidade»

mais novos e partilharmos com eles a nossa experiência e conhecimentos; mas não aceitamos que, entretanto, os tenham posto não apenas no estrado, mas no pedestal, olhando, agora, para nós de cima para baixo. Cabe ao poder político, que há anos nos escolheu como alvo fácil, procurando com a nossa desvalorização social

justificar a nossa desvalorização salarial, tomar medidas sérias para repor a normalidade. Não bastam frases melífluas em discursos de circunstância, como as que ouvimos ontem do Sr. Presidente do Governo Regional, no debate na Assembleia Regional sobre a Educação [ver última página deste jornal]. Apesar de nos agradar saber que os responsáveis políticos têm consciência do que se passa nas escolas, mas são necessárias medidas concretas que reeduem a opinião pública e voltem a dar aos professores a importância que têm por natureza. Não deveria ser preciso reclamar isto, pois qualquer sociedade saudável sabe valorizar quem a educou.»



Apesar dos problemas atuais, apelo à resistência na docência Ética como inspiração para os professores não prescindirem do seu papel

Jorge Carvalho, secretário regional de Educação, que se posicionou como professor na sua comunicação nas Jornadas Pedagógicas do SPM, começou por afirmar que os contextos mais recentes vieram «exigir um conjunto de valores e atitudes» aos profissionais da educação, de forma a responderem a novos desafios. Professores que estão sempre «na mira de todos os outros atores sociais», reconheceu. Para logo depois sublinhar que quem tem pela frente «seres humanos com sonhos e ambições, alguns deles desprovidos de sonhos e ambições, não basta o domínio técnico e pedagógico». Isto para chegar à importância da dimensão ética, que definiu como o «fio condutor», que não deve ser confundida

com as condições ambientais, mas antes conciliada com as realidades com que o docente se depara. E isso exige uma «coerência muito profunda». Fazendo uso da metáfora da «elevação da base Eu ao expoente Nós», o responsável máximo do setor de Educação na Região apelou ao uso da ética como «guia de inspiração» para os docentes «não prescindirem do seu papel por mais duras que sejam as circunstâncias.» Evocando Jean Molière, somos responsáveis também pelo que deixamos de fazer, já que somos «construtores da sociedade». No fim de tudo, a «ética deve conduzir à felicidade», ao bem, à realização pessoal./NS



FOTO: Gregório Cunha

Jorge Carvalho, professor e secretário regional de Educação, reconheceu os problemas vividos pelos professores

As Jornadas Pedagógicas 2015 do SPM contaram com a presença de vários diretores regionais do setor da Educação: Carlos Andrade, diretor regional dos Recursos Humanos e da Administração Educativa, Jorge Morgado, diretor da Inspeção Regional de Educação, e Marco Gomes, diretor regional de Educação.



Ética como exigência interior que se traduz numa prática Profissão docente assenta no valor da relação



FOTO: Gregório Cunha

Governantes podem ajudar no sentido da comunidade valorizar e estimar a Educação e os professores

No dia 21 de novembro teve lugar o segundo dia das Jornadas Pedagógicas do SPM, com o painel intitulado “Autoridade profissional: problemas de ética”. Jorge Carvalho, secretário regional de Educação (ver destaque nesta página), Isabel Baptista, professora da Universidade Católica, e Brício Araújo, presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados, foram os preletores, com a moderação a cargo de Margarida Fazendeiro, vice-coordenadora do SPM. Especialista nas questões da ética profissional, Isabel Baptista começou por sublinhar que a autoridade é um valor fundamental da profissão docente, no sentido de «ser autor», de «identidade e profissionalidade.» É onde

reside o caráter da profissão, isto é, as qualidades que a distingue. A ética surge então como exigência interior de cada docente e como uma prática, porque é «no dia-a-dia que a profissionalidade ganha sentido», em função do que «pomos em ação». Considera o valor da prudência como fundamental na pedagogia. A preleitora tem trabalhado na explicitação da ética profissional docente, isto é, das qualidades segundo as quais se forma uma autoridade a ser estimada e reconhecida. Aí entende que os projetos políticos podem ajudar no sentido da comunidade valorizar e estimar a Educação e os professores. Após frisar o «paradigma da ética relacional», já que o

desempenho profissional assenta no valor da relação, «eu e o outro», na escola e além dela, entende que explicitar a ética docente é uma forma de os professores «se defenderem». Como o sindicalismo e a profissão possuem um património de discussão e de documentos escritos sobre a matéria, então «é hora de avançar», desde logo com um processo de auscultação dos docentes, concluiu. Brício Araújo, presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados, abordou as questões de ética nas ordens profissionais. Estas têm o objetivo de regular e exercer o poder disciplinar quanto ao funcionamento das profissões liberais. Considerou importante a «explicitação e a concretização dos traços fundamentais» que podem orientar os profissionais, algo que contribui para o «prestígio da profissão» e o «reforço da solidariedade» entre esses profissionais. Porque não basta ser bom profissional, é necessário «dignificar e prestigiar». Daí ter elogiado o SPM por avançar para a explicitação de uma carta ética./NS

Integrar «coletivos docentes qualificados» Trabalho de colaboração e solidariedade

Ariana Cosme, professora da Universidade do Porto, e José Augusto Cardoso, diretor do Centro de Formação do Sindicato dos Professores do Norte, foram os oradores de sexta-feira, 20 de novembro, no painel “Profissionalismo e profissionalidade docente: desafios, contradições e oportunidades”, com moderação de Rita Pestana. Ariana Cosme problematizou os desafios da docência nos tempos que corre correm, para que «não se paralise a ação» e a escola seja uma «oportunidade de construção de conhecimento» efetivo e significativo, em que haja «apropriação do saber». Depois de ter abordado as finalidades e compromissos da Escola, aqueles que esta «pode e deve assumir», entre eles os compromissos culturais e sociais, explanou então os desafios à profissão docente. Que são de natureza ética, institucional, organizacional, curricular e pedagógica. Enquanto «agente cultural», o docente tem de diversificar as suas práticas pedagógicas, bem como os «projetos de intervenção educativa.» Esse trabalho do professor, «interlocutor qualificado» com importante «influência», num trabalho que é «tenso, exigente, doloroso», e num campo de «total imprevisibilidade e urgência»,



Ariana Cosme: o trabalho docente é «tenso, exigente e doloroso»

permite que cada pessoa «se reconheça e se afirme no seio de uma comunidade». E possa depois acrescentar alguma coisa a esse coletivo. Deixou um alerta aos presentes: integrar «coletivos docentes qualificados» porque é um trabalho que «não se faz sozinho», mas em colaboração e solidariedade. José Augusto Cardoso questionou se a escola de aprendizagens significativas é compatível com as políticas educativas dos últimos anos. Daí defender que o professor deve «participar, intervir e se situar como agente de mudança.» Para tal, deve perceber o contexto, a «agenda política, o que se tenta fazer aos professores que é o caminho mais acertado.» Falou ainda da agenda ultraliberal que não quer a matriz social do Estado e impõe uma austeridade que não aceita alternativas. Rematou desta forma: «quer-se o desenvolvimento do empobrecimento e da servidão»./NS

SPM no XIII Congresso da CGTP-IN em fevereiro

A opinião dos professores conta

A cidade de Almada, no coração da margem sul do Tejo, vai receber nos dias 26 e 27 de fevereiro (sexta-feira e sábado) o XIII Congresso da CGTP-Intersindical Nacional. Dois meses depois, em abril, nos dias 29 e 30, terá lugar no Porto o 12º Congresso da FENPROF. O Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) integra as duas prestigiadas organizações e, com determinação, dará o seu contributo para o êxito destas assembleias magnas. Como destaca o Secretário Geral da CGTP-IN à reportagem do PROF, “os desafios que temos pela frente exigem a mobilização e a intervenção decidida do movimento sindical” e, “no

quadro político que estamos a viver, a preparação dos dois congressos, sem dúvida acontecimentos relevantes no panorama sindical, assume uma importância muito especial”. Como sublinha Arménio Carlos, as reuniões magnas da CGTP e da FENPROF implicam uma reflexão e uma discussão, apontadas à construção de propostas e de estratégias, em que são fundamentais o envolvimento e a participação ativa dos educadores, professores e investigadores do nosso país, de norte a sul, da Madeira aos Açores, não esquecendo, no caso dos docentes, os que trabalham no ensino português no estrangeiro. No Congresso da Central

unitária, que pela primeira vez sai de Lisboa, os temas em destaque apontam para preocupações centrais do movimento sindical, em relação às quais os professores e os seus sindicatos, pela experiência das suas lutas, têm uma palavra a dizer. O emprego com direitos é uma dessas preocupações. Tais como a soberania e o progresso social. Para atingir objetivos com uma tal dimensão, naturalmente são precisas ferramentas especiais. E o XIII Congresso da Inter também as aponta: a força dos trabalhadores, a sua organização, unidade e luta. Fundamentais nos próximos quatro anos. / JPO



Concentração de riqueza deixa os trabalhadores a perder

Menor taxa de sindicalização gera aumento das desigualdades

“Num estudo apresentado em Março último («Le pouvoir et le peuple», *Finances & Développement* por Florence Jaumotte e Carolina Osorio Buitron), dois economistas oriundos deste templo do liberalismo [Fundo Monetário Internacional – FMI] salientam «a existência de uma ligação entre a queda da taxa de sindicalização e o aumento da parte dos rendimentos mais elevados, nos países avançados, durante o período 1980-2010». Como explicam eles esta ligação? «Reduzindo a influência dos trabalhadores nas decisões das empresas», o enfraquecimento dos sindicatos permitiu «aumentar a parte dos rendimentos constituída pelas remunerações dos altos dirigentes e dos acionistas».

Segundo estes economistas do FMI, «cerca de metade» do aprofundamento das desigualdades que os liberais tradicionalmente preferem atribuir a fatores impessoais (globalização, tecnologias, etc.) decorreria do declínio das organizações dos trabalhadores. Será isto surpreendente? Quando o sindicalismo, ponto de apoio histórico da maior parte dos

avanços emancipadores, se apaga, tudo se degrada, tudo se fragmenta. A sua anemia só pode agudizar o apetite dos detentores do capital. E a sua ausência só pode libertar um espaço que é de imediato invadido pela extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso, dedicando-se ambos a dividir grupos sociais cujo interesse seria mostrarem-se solidários. Ora, o apagamento do

sindicalismo não é um acaso nem uma fatalidade. Em Abril de 1947, quando o Ocidente se prepara para conhecer trinta anos de prosperidade um pouco mais bem partilhada, Friedrich Hayek, um pensador liberal que marcou o seu século, esboça já o roteiro dos seus amigos políticos: «Se queremos manter a mais pequena esperança de um regresso a uma economia de liberdade, a questão da restrição do poder sindical é uma das mais importantes». Nessa altura Hayek prega no deserto, mas algumas décadas mais tarde, graças à intervenção direta – e brutal – de dois dos seus admiradores, Ronald Reagan e Margaret Thatcher, durante conflitos de trabalho marcantes (os controladores aéreos americanos em 1981, os mineiros britânicos em 1984-

O aprofundamento das desigualdades decorre, em bora parte, de ações deliberadas de enfraquecimento dos sindicatos: divisão em lugar de solidariedade

1985), o «poder sindical» foi morto. Entre 1979 e 1999, o número anual de greves que envolveram pelo menos mil trabalhadores passou, nos Estados Unidos, de duzentos e trinta e cinco para dezassete; o de dias de trabalho «perdidos» passou de vinte milhões para dois milhões [George Melloan, «Whatever happened to the labor movement?», *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 4.9.2001]. E a percentagem do salário no rendimento nacional recuou... Em 2007, mal foi eleito presidente da República francesa, Nicolas Sarkozy

aprovou, por sua vez, uma lei que restringiu o direito de greve nos serviços públicos. No ano seguinte, regozijava como um garoto feliz: «Agora, quando há uma greve em França ninguém se apercebe». Em boa lógica, o estudo do FMI devia ter insistido na urgência social e política de reforçar as organizações dos trabalhadores. Mas, em vez disso, considera que «continua por determinar se o aprofundamento das desigualdades devido ao enfraquecimento dos sindicatos é bom ou mau para a sociedade»... Os que já têm uma pequena ideia da resposta retiraram dela, sem dificuldade, a conclusão que se impõe.”

Serge Halimi
(*Le Monde Diplomatique*,
Elogio dos sindicatos,
10.4.2015)



Basta MAIS UM PROFESSOR para o SPM ter MAIS FORÇA

É BARATO SER SINDICALIZADO
Quota recuperada em cerca de 50% na declaração de IRS

+ Regalias Sociais aos Sócios
<http://regalias.spm-ram.org>

Sindicaliza-te

Condições de trabalho são prioridade na ação reivindicativa do SPM

Docentes empurrados para a baixa médica

O SPM conhece as condições em que os professores trabalham, muitas vezes indutoras de situações de exaustão, depressão e *burnout*, e tem-nas denunciado. É uma prioridade da luta reivindicativa porque é criminoso o que se anda a fazer, ou a deixar fazer, aos professores. Como escreveu o presidente do Governo Regional da RAM, Miguel Albuquerque, «reitero o propósito de o Governo Regional facultar as melhores condições para um ensino de qualidade» (Diário de Notícias, 17.09.2015). Assim esperam os professores.

Condições de trabalho induzem atestados

O sindicato continuará a lutar em defesa dos professores ao denunciar os problemas que atentam contra a sua integridade pessoal, moral e física: a dispersão funcional; a indisciplina estudantil; a pressão para apresentar resultados a qualquer custo; a precariedade laboral; a carga burocrática escravizante; reuniões de duvidosa utilidade; os horários com demasiadas turmas e níveis; elevado número de alunos por turma e por professor; turmas com crianças com NEE sem a correspondente redução e com mais alunos do que estipulado; os contextos organizacionais

adversos; utilização abusiva da componente não letiva; deslocações de residência em cada novo ano letivo com sacrifícios familiares e económicos; entre outros. Face às dificuldades financeiras que os professores atravessam, com perdas no rendimento, designadamente nos três primeiros dias, dificilmente os atestados serão fraudulentos. E já se pensou investigar quantos professores estão na escola sabe-se lá em que condições, que deveriam estar de baixa e não estão, inclusive à força de anti-depressivos e ansiolíticos, como podem confirmar os médicos?

Campanha contra os professores

Apesar de sabermos que as profissões do Estado Social estão sob pressão e desvalorização, não se percebe é a vantagem social ou o interesse público de se lançar um manto de suspeição e denegrir, injustamente, nos Media, toda uma classe profissional. Esta cumpre os seus deveres e trabalha, de forma árdua, na formação das crianças, jovens e adultos em prol do desenvolvimento da Região.

O papel das autoridades governamentais é averiguar e corrigir qualquer situação de fraude, se esta se verificar, nomeadamente nas baixas médicas. O sindicato,



sublinhamos, está do lado dos professores, mas não defende o incumprimento da ética profissional que, a existir, será residual. Tal como acontece noutros setores do mundo laboral.

Substituição de docentes de baixa

Se é preciso alterar o quadro legal para agilizar as substituições de professores com baixa médica nas escolas, que assim se faça. O SPM continuará a

expressar a sua «discordância em relação aos critérios aplicados no ano letivo transato para a substituição de docentes dispensados de serviço por razões de baixa médica ou por licença de parentalidade. Efetivamente, tais critérios – uma vez mais, estritamente financeiros – por não se adequarem à realidade das escolas, impossibilitam, praticamente, a substituição daqueles professores em tempo útil.» Esta medida, entre outras, repercute-

se, de forma negativa, também nos professores e educadores, que, «ao serem sobrecarregados, são conduzidos para um ambiente propício ao desenvolvimento de patologias, como o síndrome de *burnout*.»

Direito a cuidados de saúde

Como referiu o gabinete do secretário regional de Educação, «todos os profissionais têm direito a cuidados de saúde e que as entidades apropriadas para determinar as incapacidades são os médicos» (Diário de Notícias, 29.10.2015). Outro aspeto importante que realça é que se trata de uma «valência de gestão dos recursos humanos com um grau de complexidade muito acentuado». Daí que seja prudente não se cair no sensacionalismo e no populismo, que é ofensivo para os profissionais que estão de saúde fragilizada, alguns dos quais com doença prolongada. O SPM, lamentavelmente, conta até com alguns casos de morte entre os seus associados neste início de ano letivo. Como se veio a verificar, o «número de incapacidades temporárias é semelhante ao registado nos anos anteriores», conforme informou a tutela educativa regional.

Ação em tribunal para contar tempo de atestado

O SPM, admitindo como válida a posição de que os períodos de ausência justificada por doença entre 20 de janeiro de 2007 e 31 de agosto de 2014 são equiparados a prestação efetiva de serviço, direito não reconhecido pela SRE, interpôs uma ação administrativa comum para:

- Reconhecimento do direito dos nossos associados, a serem contados, para todos os efeitos legais como prestação efetiva de

serviço, os períodos correspondentes a faltas por doença dadas após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 15/07, de 19 de junho que alterou o Estatuto da Carreira Docente (posteriormente transposta para a legislação regional através do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2008/M, de 25/02, que aprovou o ECD regional), por ilegalidade na respetiva interpretação;

- A SRE ser condenada a proceder à contagem do tempo de serviço em questão com a consequente retificação dos respetivos registos biográficos dos docentes lesados com a interpretação efetuada pela tutela.



SPM nas escolas: informar, apoiar e ouvir os colegas sobre os problemas que mais preocupam e desgastam, para estruturar a luta reivindicativa

Expressão plástica motiva providência cautelar



FOTO: Nélcio Sousa

Pretende-se que se cumpra o currículo obrigatório sem discriminar uma das expressões artísticas

Após a ação administrativa especial entregue em 7 de outubro último, chega ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal uma providência cautelar interposta pelo SPM. Isto devido à ausência de resposta ou correção da decisão solicitadas em setembro à Direção Regional de Educação. Pretende-se a anulação dos atos e condenação da Região, com a rapidez necessária e desejável, no sentido de cumprir o currículo obrigatório do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com a reposição da expressão plástica. De acordo com os Decretos-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, e n.º 176/2014 de 12 de dezembro. Margarida Fazendeiro,

dirigente do SPM, sublinha que o espalhar do currículo, com horas específicas para os conteúdos, não justifica que se discrimine e elimine a expressão plástica. Recorde-se que, no ofício da DRE, em lugar de estar mencionado «Expressão Plástica» está a designação genérica e no plural «Modalidades Artísticas». Esta não especificação, ao contrário do que acontece com a Expressão Musical e Dramática e a Expressão Físico-Motora, faz desaparecer a «Expressão Plástica» da nomenclatura e, depois, na prática, esta Expressão fica de fora dessa carga horária, e, por consequência, fora do currículo. Isto quando integra as Expressões Artísticas.

Docentes com horário de 35 horas

Com a publicação do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 4/2015, de 17 de novembro, assinado entre a Secretaria Regional de Educação e diversas entidades incluindo o Sindicato dos Professores da Madeira, o horário docente passa a ter 35 horas semanais, em lugar das 40 horas dos últimos anos. O acordo vigora por um prazo de dois anos, renovando-se, sucessivamente, por períodos de um ano.

Programa do Ciclo de tertúlias

Os eventos seguintes já estão programados: 2.ª Tertúlia: “A adaptação do currículo à realidade local” – Santana (15 janeiro); 3.ª Tertúlia: “Refletir sobre a Educação Especial” – Ribeira Brava (19 fevereiro); 4.ª Tertúlia: “A Cultura na Educação” – Machico (15 abril); 5.ª Tertúlia: “A importância da Educação nas regiões ultraperiféricas” – Porto Santo - (20 maio); 6.ª Tertúlia: “A Educação através das Artes” – Funchal - (8 julho). São escolhidos ambientes informais e descontraídos, nos quais, a par da troca de ideias, há também oportunidade de convívio.

São Vicente, a primeira localidade onde esteve o SPM Ciclo de Tertúlias rumo a Santana

Oevento contou com os convidados Duarte Mendes, Valter Correia e Rosa Castanho, conhecedores da realidade educativa e local. Sob o tema “O papel da Educação no desenvolvimento local e fixação das populações”, teve lugar em São Vicente, a 30 de outubro, uma tertúlia do Centro de Formação do SPM. Francisco Oliveira, coordenador do sindicato, moderou a “conversa” na Estalagem do Mar. Quatro dezenas de pessoas marcaram presença. A escola como o «grande promotor da igualdade de oportunidades», que ganha mais importância nas pequenas localidades. Foi com esta ideia que arrancou a intervenção de Valter Correia, professor e diretor da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, que considera importante a articulação entre as escolas e o

poder local. De forma a «dotar os jovens com ferramentas que permitam lidar com os desafios locais» e «atuar no seu território», para o desenvolver e aí se fixarem. As diferentes escolas podem ser complementares nas suas ofertas de formação e assim manter os alunos no ensino secundário nas localidades de origem. Duarte Mendes, professor e ex-autarca, começou por dizer que a educação foi «sempre uma prioridade» em São Vicente, desde há muito tempo. Essa dinâmica deveu-se à visão de uma elite qualificada e sensível à importância do investimento na educação e na cultura. Nessa época, sobretudo a partir de 1944, em que houve um «esforço local para promover o ensino», a câmara municipal a tudo recorreu para instalar escolas, muitas em casas arrendadas, nas freguesias e

sítios. Alertou que os sítios morrem quando deixam de ter a sua escola. Este professor mostrou reservas quanto ao poder da educação para fixar as pessoas na sua localidade de origem, já que isso depende mais da capacidade de se gerar postos de trabalho. E aqui entroncam as ideias do professor Valter Correia, no sentido em que é preciso encontrar a forma de a educação contribuir para a criação de emprego. Rosa Castanho, vereadora da cultura e educação na autarquia da localidade, sublinhou a aposta na educação, «um pilar da sociedade», com várias medidas de apoio como o fornecimento de manuais desde o pré-escolar até ao 4.º ano, prémios de mérito e bolsas de estudo para o ensino superior./NS



FOTO: Nélcio Sousa

Os 40 participantes na tertúlia do SPM, em São Vicente, debateram o papel da Educação no desenvolvimento local e fixação das populações

Chegar a mais professores

SPM alarga as ofertas formativas



FOTO: Gregório Cunha

Além da formação creditada, o Centro de Formação do SPM fará a validação de iniciativas de curta duração, como ações de sensibilização, palestras, colóquios e seminários

O SPM foi pioneiro na formação contínua de professores na Região através da organização das Jornadas Pedagógicas. A Madeira não tinha um projeto de formação dos docentes e já este sindicato trazia investigadores e professores que davam a conhecer as novas tendências e os avanços das Ciências da Educação. O tempo passou e as ofertas de formação melhoraram

Muito, entre nós, em grande parte, graças ao trabalho de alguns dirigentes do SPM, que tudo fizeram para que os docentes da Região tivessem um tratamento idêntico aos do continente. Não foi fácil, mas a prova de que valeu a pena está no nosso moderníssimo Centro de Formação que, ao longo do ano letivo de 2014-2015, só para falar no último, permitiu que 800 professores pudessem usufruir de formação creditada.

Validação de outras formações

Apesar da oferta, não foi possível responder a todas as solicitações dos nossos sócios no ano anterior, pelo que, no presente ano letivo de 2015/2016, pretendemos alargar, ainda mais, as ofertas formativas, o que faremos através da validação de outras iniciativas de curta duração, como ações de sensibilização, palestras, colóquios e seminários. Mais, procuraremos validar a participação nas cinco tertúlias

previstas para 2016. Desta forma, sem abandonarmos o modelo comum das ações de formação, que continuaremos a oferecer nos moldes anteriores – desde que os fundos europeus para formação comecem a chegar – poderemos responder por inteiro às necessidades formativas formais e pessoais da grande maioria dos sócios do SPM e, até, de outros colegas. Neste novo ano letivo, já com uma nova diretora do Centro de Formação do SPM, a colega

Micaela Santos, começámos em outubro, em São Vicente, um Ciclo de Tertúlias, que se prolongará até ao mês de julho, e que percorrerá vários concelhos da Região Autónoma da Madeira, incluindo a ilha do Porto Santo. Sabemos que o nosso Centro de Formação tem feito muito, mas comprometemo-nos a melhorar. Vamos melhorar. / Francisco Oliveira (intervenção nas Jornadas Pedagógicas SPM – 20/21 de novembro de 2015)

Oferta 1 Tingimento
na compra de outro

5asec
TEXTILE

NAO UTILIZAVEL

Voucher oferta de um tingimento na compra de outro
(validade até 31 de janeiro de 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

CINELACE

NAO UTILIZAVEL

Movie Kit Especial Profeta bilhete 2D,
1 pipoca pequena e 1 bebida pequena por 6 Euros
(condições: máximo de 4 movie kits/dia/portador do cartão;
Validade todo o ano de 2ª a 6ª feira mediante apresentação do
cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

FELIZ NATAL!

5€
na sua próxima compra

NAO UTILIZAVEL

Voucher desconto de 5 Euros na compra igual ou superior a 50 Euros
(validade: até 31 de dezembro de 2015 na loja Imaginarium – La Vie Funchal / voucher não permutável por dinheiro e não acumulável com outros descontos, ofertas e promoções)

CIRCO DALLAS
Diamante
Anselmia

NAO UTILIZAVEL

Voucher oferta: 1 entrada para o circo por 5 Euros
(mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação) – por baixo do aeroporto

VALE 5€

Linguas de Gato

NAO UTILIZAVEL

Voucher desconto de 5 Euros em compras superiores a 15 Euros em chocolates artesanais
(validade: até 31 de janeiro de 2015 na loja Linguas de Gato - La Vie e Fórum Madeira | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

A família Mariani apresenta

CIRCO MUNDIAL

NAO UTILIZAVEL

Entrada a 5 Euros para os sócios e acompanhantes apenas nos dias/sessões: 22 de dezembro às 16h00 e 30 de dezembro às 21h30
(mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação) – na Praia Formosa

Prémio Natal: enchimento com nitrogénio de 4 pneus ligeiros e ou um teste aos amortecedores

VULCANIZADORA
25 de Abril
ARNALDO & BERENGUER, LDA

NAO UTILIZAVEL

(validade: Dezembro 2015 a Janeiro de 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

já chegou o Mega LUNA PARK

NAO UTILIZAVEL

Voucher oferta: 1 bilhete grátis na compra de outro nos divertimentos (exceto: montanha de água, camas elásticas e o Dia do Euro) (mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação) – por baixo do aeroporto

Oferta de 1 menu
na compra de outro

NAO UTILIZAVEL

Voucher oferta: 1 menu na compra de outro
(validade: 31 de janeiro de 2016, nas lojas Madeira Shopping, Fórum Madeira e La Vie Funchal | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

TANITI
Resistente

NAO UTILIZAVEL

Voucher oferta de um Zeca na compra de um Zeca na compra de outro Zeca na Pedra de pressão, na compra de outro Zeca na Pedra de pressão (291 220 726 | validade: dezembro de 2015 até 31 de janeiro de 2016 | mediante reserva e apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

Alberto OCULISTA

NAO UTILIZAVEL

Voucher Natal: 20% de desconto
(Validade: 31 de janeiro de 2016 | não acumulável com campanhas/descontos, protocolos e/ou parcerias em vigor | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)



Além da luta reivindicativa, outra forma de apoio aos professores

Combate ao desgaste profissional



FOTO: Carla Teixeira

Sessão de yoga na sede do sindicato orientada pelo professor João Pedro Pereira, uma das atividades de saúde e bem-estar no SPM

Além do SPM «ter estado, ao longo dos últimos 37 anos, na linha da frente no que diz respeito à defesa dos interesses dos professores», dá um contributo para o «bem-estar e desenvolvimento holístico destes agentes: um professor feliz, saudável

e equilibrado contribuirá, com certeza, para um melhor ensino.» São palavras de João Pedro Pereira, que orienta sessões de yoga no edifício do sindicato. Os níveis de «pressão desgastante» que se inflige aos professores nos dias que correm foram o alerta no sentido de o SPM

proporcionar, aos sócios e simpatizantes, atividades de alívio face ao stress físico, mental e emocional. A par do combate sindical firme em defesa de melhores condições de trabalho nas escolas. O yoga, além do auto-conhecimento e desenvolvimento pessoal, permite muitos outros

benefícios, nomeadamente a «nível físico, tais como a melhoria da postura corporal, um aumento da flexibilidade, resistência, reação, agilidade, coordenação e força muscular, para além de contribuir diretamente para o aumento da concentração, memória, alegria e bem-estar geral.» O trabalho respiratório é «essencial para controlar a mente e o corpo», sublinha o instrutor ao jornal PROF. «A respiração é subtil para controlar a mente mas grosseira o suficiente para ser consciente.»

Devido às «enormes perdas energéticas ao nível físico, mental e emocional, muitos professores andam desmotivados, deprimidos e esgotados.» Daí que boa parte dos praticantes de yoga inicie esta prática com o «intuito de relaxar».

Mais do que relaxar durante estas aulas de yoga, o praticante aprende a «saber relaxar» de forma a poder usar essa «ferramenta de bem-estar em qualquer situação do dia-a-dia, seja no trabalho ou na sua vida familiar e pessoal.»

O yoga é uma prática completamente acessível a qualquer pessoa saudável. No caso de o praticante ter algum problema de saúde, este deve ser comunicado ao instrutor. Para a aula, é preciso apenas trazer roupa confortável, na qual não se inclui o calçado, uma vez que o yoga se pratica descalço. O adereço essencial é o tapete, que o ginásio do SPM disponibiliza. Os blocos de madeira, cortiça ou espuma, e as faixas de tecido são opcionais e podem ser adquiridos por cada praticante a um preço reduzido.

Viagem ao norte de Itália

Para 2016 o Setor dos Professores Aposentados do SPM programou uma viagem a Itália, para conhecer os encantos de Turim, Milão, Pavia, Bérgamo e Lago Maggiore. A partida do Funchal será a 30 de maio e o regresso a 8 de junho 2016. O passeio terá início em Turim, onde visitaremos a sua catedral, edifício dos finais do séc. XV que alberga o Santo Sudário, lençol em que, supostamente, foi embrulhado o corpo de Cristo após a crucificação. Visitaremos também, entre outros monumentos, o Palácio Real e Madama, residência dos Saboia e os museus do Cinema e Egípcio.

De regresso a Milão passaremos por Pavia, onde visitaremos alguns monumentos e igrejas e em Certosa de Pavia o seu mosteiro. Em Milão iremos a vários pontos de interesse da cidade dos quais destacamos a “Duomo de Milão”, a maior Catedral gótica de Itália, a Galeria Vittorio Emanuel, a Igreja de Santa Maria della Grazie - para visitar a “Última Ceia” de Leonardo Da Vinci, as Galerias de Brera e Ambrosiana, e o Castelo Sforzesco, entre outros. Em Bérgamo, cidade medieval e renascentista, iremos conhecer Bergamo antigo com as suas igrejas e



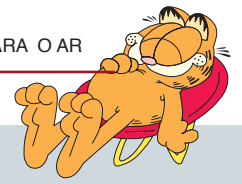
copyright/Fonte: Wikipedia

Isola Bella, um dos locais visitar no Lago Maggiore

praças e na Bergamo baixa a Galeria da Academia Carrara. Po fim, visitaremos o Lago Maggiore e as ilhas

Borromeu. Na Ilha Bella, visitaremos o Palácio Borromeo, com os seus fantásticos jardins em

degraus. A Ilha Madre com a sua Villa do séc. XIII e os seus belos pavões e plantas raras./Fernando Figueira



12 de dezembro: entrega de brinquedos e diversas atividades

Festa de Natal para os filhos dos sócios



FOTO: Jackeline Vieira

Festa com um ambiente divertido onde as crianças podem disfrutar da alegria e magia da época natalícia

A equipa que organiza o Natal na sede do SPM sabe que uma bonita festa fica na memória das crianças e também dos adultos. É com esse espírito que, uma vez mais, organizamos a festa de Natal para os filhos dos nossos sócios, no dia 12 de dezembro, a partir das 14h30, na expectativa de que nos possamos ir superando. Sabemos que as crianças vivem a verdadeira magia do Natal. O que mais marca esta época não são os presentes recebidos mas sim as alegrias e quantidade de sorrisos partilhados. Por isso, a nossa festa terá os ingredientes para criarmos um ambiente divertido onde as crianças possam disfrutar da alegria e

magia desta época. Este ano contaremos com a equipa do DSEAM que presenteará as crianças dos cinco aos 10 anos com a peça «O Natal das Bruxinhas». Estas sentem-se tristes e revoltadas porque o Pai Natal nunca lhes leva presentes... resolvem reclamar. O que pode acontecer? Para as crianças mais pequenas, dos dois aos quatro anos, temos o «O Concerto de Natal», onde uma personagem interagirá com vários fantoches para um miniconcerto. Com certeza será do agrado das crianças. Os «Saltos e Trambolhões» permitirão às crianças a alegria de poderem ser nesse dia a sua personagem

preferida com pinturas faciais para todos os gostos. Terão ainda a responsabilidade e o gosto de modelar um balão para cada menino e menina. A nossa garagem nesse dia é reservada, exclusivamente, para muita animação. Os insufláveis e a piscina de bolas aí colocados permitirão muitos saltos e mergulhos de pura diversão. No final, o Pai Natal terá o prazer de entregar os presentes ao seu público preferido: as crianças. O bar do SPM estará aberto durante a tarde de sábado para uso exclusivo dos nossos sócios, no sentido de proporcionar uma tarde de convívio e descontração entre todos./Lucinda Ribeiro

Magusto no Parque Ecológico

Com muita boa disposição e espírito de unidade, dezenas de associados celebraram o Magusto no dia 14 de novembro na Casa do Barreiro, no Parque Ecológico do Funchal. Além das castanhas assadas, o programa incluiu uma visita com acompanhamento por um técnico do Parque Ecológico. Após a explicação sobre um conjunto de plantas, os sócios e simpatizantes procederam à sua plantação na encosta junto à Casa do Barreiro. O convívio foi gratuito para os sócios e crianças até aos dez anos.



FOTO: Jackeline Vieira

Semana Solidária

O setor dos professores aposentados do SPM realiza uma semana solidária, “Mais de nós para os outros”. Na semana de 14 a 17 de dezembro há lanches solidários, mas já a partir do dia 9 funciona uma quermesse, com rifas, objetos para venda, sorteio e leilão. Os donativos reverterão para o Centro da Mãe – Associação de Solidariedade Social. No dia 17, tem lugar a Festa de Natal do setor dos professores aposentados do sindicato. Estão todos os docentes convidados.



FOTO: Nélia Sousa

Dia Mundial do Professor

Num passeio-convívio no Parque Florestal do Chão dos Louros, dois dias antes do 5 de outubro, Francisco Oliveira, coordenador do SPM, salientou algumas ideias: a profissão docente tem como objeto da sua ação o ser humano em construção; em nenhuma outra profissão há um desprendimento pessoal tão intenso como na docência, já que partilhamos tudo o que sabemos com as crianças e jovens em formação; os professores e educadores são uma presença humana fundamental, que nenhuma tecnologia pode substituir.



FOTO: Jackeline Vieira

Livro sobre o Magistério

A sede do SPM acolheu, a 6 de novembro, a cerimónia de apresentação do livro “40 anos - Memórias - curso de magistério primário 1973/1975”. Reviveram-se experiências formativas e caracterizou-se a educação dessa época de transição política para o Portugal democrático. A obra foi publicada em papel e em formato e-book, pela editora Deebok. O livro é dedicado àqueles que testemunharam esses anos, enquanto se encontravam a frequentar o curso de magistério primário, no Funchal.



FOTO: Cláudio Pedro

A pressão cresce, o desgaste dispara

2.º/3.º Ciclo e Secundário à beira de um ataque de nervos

O SPM e a Fenprof lutam, no 2.º/3.º Ciclo e Secundário, pela redução drástica da burocracia; defesa da autoridade docente; a fixação de limites máximos de número de turmas (5), disciplinas/níveis (2) e programas (3) por docente; redução de alunos por turma; inclusão de todo o trabalho com alunos na componente letiva; inclusão de todas as

reuniões na componente não letiva de estabelecimento; a componente individual nunca inferior a 11 horas; desdobramento de turmas nas línguas estrangeiras e disciplinas com componente laboratorial ou oficial; autonomia do professor para avaliar os alunos sem pressões inusitadas; condições materiais, como equipamento informático, vídeo, áudio e internet, para não serem os

docentes a trazer de casa. Isto para combater-se problemas como a indisciplina na sala de aula, a burocracia escravizante ou horários de trabalho que levam cada vez mais docentes a um desgaste acentuado, esgotamentos, depressões e até *burnout*, como provam vários estudos e os consultórios médicos. Temos de agir para mudar este estado de coisas.

Secretário sobre o pré-escolar

Tolerâncias fora do cômputo dos 5 dias

A RAM apresenta o calendário escolar mais penalizador no país, estando negativamente à frente no ranking das regiões da OCDE quanto ao número de horas que as crianças passam na escola. Isto conforme alertou o SPM, através de um Parecer, de 14 de julho de 2015, dirigido à tutela regional. No dia 19 de novembro, na ALM, o secretário regional de Educação, Jorge

Carvalho, declarou que as tolerâncias não entram no cômputo dos cinco dias das interrupções letivas. É um avanço, mas o SPM luta para que os educadores sejam tratados como docentes de pleno direito, com o mesmo calendário escolar e os mesmos momentos de avaliação e planificação estipulados para o 1.º Ciclo. As interrupções previstas na lei dizem respeito aos alunos, que não podem estar sempre

em componente letiva. A tutela subverte a função educativa do pré-escolar e sobrevaloriza a componente social de apoio à família, tentando transformar os estabelecimentos de educação de infância em espaços de “guarda de crianças”. É o perigo da «hiperescolarização da vida das crianças» (Cosme e Trindade, 2007), o excesso de cansaço e o aumento da indisciplina./Cristina Gonçalves

Medidas concretas precisam-se

Miguel Albuquerque defende autoridade dos professores

No plenário de 19 de novembro da Assembleia Legislativa da Madeira, o presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, defendeu a necessidade de «conferir aos professores a respeitabilidade e a autoridade dentro das

escolas». Isto em resposta a uma interpelação de um deputado, estando dirigentes do SPM a assistir na galeria do público. Reforçou afirmando que é «intolerável que haja encarregados de educação que injuriem e ameacem os professores.» Para fazer face a tal «indisciplina» parental, que tem vindo a conhecimento

do presidente do Governo, indicou uma medida: a «participação criminal». Os docentes esperam por medidas concretas neste sentido, matéria que faz parte da luta reivindicativa do Sindicato dos Professores da Madeira, que fará a pressão necessária em defesa dos professores.



NÃO PODEMOS ESPERAR À SOMBRA DA BANANEIRA

(apesar dos avanços verificados no calibre do fruto)

O tempo que vivemos é complexo e, no momento em que escrevo, ainda se desconhece a saída política que o Presidente da República encontrará para a governação da República Portuguesa. Esperava-se que desse resposta lesta à situação política nacional, mas o Senhor Presidente preferiu dar prioridade à constatação, in loco, da grandeza crescente da banana madeirense.

Nada temos contra a deriva madeirense do Senhor Presidente da República em períodos de crise política, mas, felizmente, estamos prestes a chegar ao final do mandato presidencial ou ainda veríamos o Professor Cavaco Silva, depois das cagarras das Selvagens e das bananas da Madeira, a procurar vestígios do casamento de Cristóvão Colombo com Dona Filipa Moniz de Perestrelo, em Porto Santo, quando as coisas se complicassem de novo. Sejamos verdadeiros, a complexidade da atual situação política nacional resulta mais da (má) vontade do Presidente da República em indigitar Primeiro-Ministro quem reúne apoio parlamentar maioritário do que de qualquer outro fator. Se é aceitável que, num primeiro momento, o Presidente indigitasse Passos Coelho (não obstante ter perdido mais de 720.000 votos nas legislativas e, por esse motivo, 25 deputados e a maioria absoluta que detinha), o que não se aceita é que, tendo o governo sido rejeitado pela maioria dos deputados (123 contra 107), adie a nomeação de quem já garantiu essa maioria.

Diz-se que o Senhor Presidente teme que não seja um governo duradouro... mas se é isso, o que transparece é que o Presidente da República, como em geral a direita, teme que esse governo dure mesmo a Legislatura. É que se isso acontecer, o seu projeto político – que necessitava desta Legislatura como de pão para a boca – é interrompido. E isso é bom, mas não para a direita e para os interesses que quer servir.

Entre os partidos que chegaram a entendimento parlamentar há diferenças que são grandes, como se reconhece. Mas são diferenças assumidas. Nenhum dos partidos se acha no direito de impor o seu programa e, no que acordaram, há motivos que deverão merecer a nossa satisfação. São três as grandes linhas de entendimento: interromper o rumo que PSD e CDS querem continuar a dar ao país, impondo ainda mais sacrifícios aos portugueses; defender os serviços públicos e impedir as privatizações, designadamente na Educação (agora facilitadas pelo novo estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, imposto pela anterior maioria e previstas na reforma do Estado); resolver problemas concretos que se abatem sobre os trabalhadores, quer no ativo, quer aposentados.

Exige-se, pois, que o Presidente da República respeite a Constituição, bem como a vontade de mudança manifestada nas eleições legislativas, e dê sequência imediata à solução governativa que é apoiada pela maioria dos deputados da Assembleia da República.

Quando isso acontecer, e terá, seguramente, de acontecer, iremos então viver um novo tempo. Um tempo em que são legítimas as expectativas, mas também exigido o envolvimento. Esse novo tempo será de esperança, mas, sobretudo, de esperança na capacidade que teremos de obter resultados com a nossa ação e luta. Aqueles que foram os justos anseios dos professores no passado terão de continuar a ser no futuro e obter a sua satisfação passará por termos propostas nesse sentido e darmos eficácia à luta pela sua concretização.

O tempo não será de descanso. Continuará a exigir de nós envolvimento, pois, como todos compreendemos, não obstante os ganhos verificados no calibre da banana madeirense, não bastará esperar à sombra da bananeira.